

Apresentação

Festa de Santo Antônio de Barbalha: o sentido do patrimônio cultural¹

“Festa para que te quero?”, daremos a resposta: Te quero para escrever e viver com mais leveza a tragédia e a dor da existência”.
(Albuquerque Jr., 2011, p. 149)

Nos últimos anos, temos nos dedicado a construir juntamente com a sociedade, por meio de uma ética dialógica (Menezes, 2009), outro sentido para a Festa de Santo Antônio de Barbalha, o sentido do Patrimônio Cultural Brasileiro de natureza imaterial, conforme instituído pelo Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000².

É dispensável reiterar o papel que tal celebração ocupa na(s) formação(ões) identitária(s) dos moradores da cidade de Barbalha e seus distritos, e em todo o Cariri, construindo novas temporalidades, territórios e papéis sociais para os que dela participam.

A Festa de Santo Antônio é uma referência cultural do barbalhense e independente do reconhecimento de um órgão público, como é o Iphan, junho é e permanecerá sendo tempo de celebrar Santo Antônio em Barbalha e em inúmeras cidades brasileiras em seus folguedos juninos – que assumem formas e sentidos diversos – até que os grupos sociais que as agenciam considerem-nas pertinentes³. E em Barbalha, a celebração a Santo Antônio ganha contornos particulares por meio do Carregamento do Pau da Bandeira.

O livro *Sentidos da devoção: festa e carregamento em Barbalha* propõe apresentar algumas reflexões tecidas sobre a Festa de Santo Antônio em campos disciplinares variados, como História, Geografia, Antropologia, Pedagogia, Cinema e Turismo, evidenciando a natureza interdisciplinar da instrução dos processos de reconhecimento das práticas culturais como Patrimônio Cultural Brasileiro. Existem poucos trabalhos acadêmicos defendidos e publicados sobre a Festa, dessa forma, esta publicação pretende provocar o preenchimento de uma lacuna editorial e também servir de leitura inicial, estimulando novas pesquisas sobre a celebração.

A seleção de autores e imagens foi fruto das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) da celebração. Atualmente, o Iphan-CE possui um acervo de mais de 3 mil registros da festa, como entrevistas, fotografias, matérias em

1 Gostaríamos de tributar as reflexões presentes nesta apresentação aos apontamentos do historiador Ulpiano Bezerra de Menezes (Menezes, 2009) sobre a atribuição de valor no campo do patrimônio cultural, que evidenciam a inexistência ontológica e imanente de valor nos ditos “bens culturais” e explicita as ações de seleção, classificação, hierarquização e atribuição de valor simbólico presentes no trabalho técnico dos órgãos de patrimônio; daí a ideia de dar à Festa um novo sentido: o sentido institucional do patrimônio cultural normatizado por leis, decretos, resoluções, títulos, formulários, certidões, conselhos de notáveis, etc.

2 A Festa de Santo Antônio de Barbalha encontra-se em processo de registro como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Iphan.

3 Sobre as transformações das práticas culturais e seus significados, o que envolve também o desaparecimento, ver: Vianna, 2005.

periódicos, além do próprio INRC. A sistematização de informações sobre o bem cultural por meio do inventário e a publicação deste livro configuram-se como ações de *salvaguarda*, entendida pela UNESCO como “medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão [...]” (Unesco, 2004, p. 374). A ação contínua e sistemática de documentação dos bens culturais por meio dos inventários talvez seja uma das medidas mais salutaras do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) desenvolvido pelo Iphan em atenção à recomendação da UNESCO.

Contudo, como membros de uma instituição que tem como propósito construir e executar políticas públicas, nós, historiadores do Iphan, não temos os inventários como ações que se esgotam em si mesmas. Os inventários são espaços em que por meio de uma abordagem etnográfica e histórica as práticas culturais são percebidas em sua complexidade (Morin, 2007), nos quais são evidenciados os conflitos e as lutas de representação (Chartier, 1990), o que também envolve alianças e convergências⁴. Eles servem como o principal subsídio para a composição dos Planos de Salvaguarda, que é quando, de fato, o Iphan organiza uma política específica para o bem cultural registrado.

Neste ponto, cabe fazermos uma observação sobre os planos de salvaguarda e a perspectiva do Iphan para com essas práticas culturais, pelo menos no âmbito do Iphan-CE. De nenhuma forma percebemos o Iphan como uma instituição apenas mediadora de tensões, missionária, pacificadora e preservacionista – como se houvesse uma prática cultural original ou pura a ser preservada –, o que a ideia de “salvaguarda” pode equivocadamente suscitar. Pelo contrário, reconhecemos que o Iphan cria tensões, produz discursos e passa a ser mais um agente atuando no campo. Ainda mais no mundo contemporâneo, quando o presentismo nos transforma em consumidores desenfreados de produtos mnemônicos (Hartog, 2006). Ser reconhecido institucionalmente como patrimônio cultural é uma forma de distinção que acaba garantindo mais publicidade, recursos financeiros, torna seus praticantes estabelecidos (Elias; Scotson, 2000; Bourdieu, 2007).

Estamos emaranhados nessa teia institucional que não deixa de perceber a Nação como justificativa⁵. Então, optamos sempre por evidenciar nossa inventividade, nossa participação na escrita da fábula da Nação (Ramos, 2012); tendo a festa “como uma forma de discurso, uma maneira de significar, uma forma de produzir, distribuir, fazer circular e se apropriar de sentidos” (Albuquerque Jr., 2011, p. 146). Este livro, por exemplo, é uma seleção. Assim como as fotografias, exposições, entrevistas e vídeos que tentam mediatizar a Festa

4 Esse entendimento nos permite romper com o que Albuquerque Junior (2011) definiu como “populismo saudoso” nos estudos sobre as festas na historiografia brasileira.

5 Tal perspectiva não foge de uma pedagogia cívica que está expressa, por exemplo, nos slogans institucionais “o Brasil não conhece o Brasil” e “Conhecer para preservar”, que buscam apresentar um quadro coerente do que é o Brasil e do que deve ser reconhecido e valorizado e também do que deve ser esquecido.

também são escolhas, compõem uma narrativa. Hoje, no INRC da celebração, temos aproximadamente 50 bens culturais definidos como “associados” à Festa. Enfim, suas partes (ex: a Igreja Matriz, os Penitentes, a preparação da comida dos carregadores, o levantamento do Pau da Bandeira), mas por mais fichas de inventário que venhamos a criar nunca conseguiremos somar todas as partes que fazem a Festa de Santo Antônio. A Festa é sempre um “sendo” (Elias, 2011). E se pudéssemos definir um ponto de convergência entre todos os ensaios aqui reunidos seria a percepção da constante ressignificação pela qual passa a Festa de Santo Antônio de Barbalha.

Para concluir, gostaríamos de agradecer aos autores que prontamente aceitaram o convite para colaborar com esta publicação e aos nossos amigos e funcionários do Iphan Alexandre Jacó, Elisabete Gonçalves, Jeferson Hamaguchi e Vicente Alves da Silva, que de formas diversas têm nos ajudado no processo de registro da Festa de Santo Antônio. Por fim, retomando a epígrafe que abre esta apresentação, convidamos os leitores para irem a Barbalha em junho e tornarem-se mais leves para viver o fardo do cotidiano.

Boa leitura!

Os Organizadores.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE Jr., Durval M. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. **Patrimônio e memória**, Assis, v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/147/147>>. Acesso em: 15 fev. 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- HARTOG, François. “Tempo e Patrimônio”. **Revista Vária História**, Belo Horizonte, n. 36, 2006.
- MENESES, Ulpiano Bezerra. **A problemática do valor no campo do patrimônio cultural**. Conferência de Abertura da Oficina de Vassouras do Programa de Especialização em Patrimônio. Brasília: IPHAN, 2009. 1 DVD.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e fábula:** o Ceará na escrita da História. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio imaterial. In: CURY, Isabelle. (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3 ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 371-390.

VIANNA, Hermano. Tradição da mudança: a rede das festas populares brasileiras. **Revista do Patrimônio**, Brasília, n. 32, p. 303-315, 2005.